



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 37213.001282/2008-32  
**Recurso n°** 000.000  
**Resolução n°** **2403-000.029 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária**  
**Data** 29 de setembro de 2011.  
**Assunto** Solicitação de Diligência  
**Recorrente** EJH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência.

Carlos Alberto Mees Stringari - Presidente.

Cid Marconi Gurgel de Souza – Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Carlos Alberto Mees Stringari, Ivacir Júlio de Souza, Cid Marconi Gurgel de Souza, Paulo Maurício Pinheiro Monteiro, Marcelo Magalhães Peixoto e Marthius Sávio Cavalcante Lobato.

Trata-se de recurso voluntário apresentado às fls. 306 a 307 contra decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento do Rio de Janeiro/RJ I (fls. 299 a 304) que julgou IMPROCEDENTE a manifestação de inconformidade apresentada pela ora recorrente.

Segundo consta nos autos, a recorrente apresentou um Requerimento de Restituição de Retenção de valores retidos na forma do art.31 da Lei n 8.212/91, **na competência 12/2007** na quantia de R\$ 44.735,22 (quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos).

Insta destacar que consta Mandado de cumprimento de decisão judicial da 7 Vara Federal do Rio de Janeiro que determinou a intimação do Gerente Executivo do INSS, na pessoa de seu Procurador Federal, para que fosse dado cumprimento à Antecipação de Tutela deferida em Mandado de Segurança que teve como objetivo a apreciação e consequente conclusão da análise de certos processos administrativos nos quais a recorrente figurava como parte.

Tendo em vista liminar deferida pelo Mandado de Segurança Individual nº 2009.51.01.002020-3 da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, o presente processo foi examinado prioritariamente, tendo a Equipe de Restituição e Isenção Previdenciária — EQREI da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária no Rio de Janeiro — DERAT/RJ, a qual decidiu, pelo indeferimento do pleito conforme Parecer de fls. 265 a 270, sob o fundamento de que a Interessada não discriminou nas GFIP os valores das retenções, por tomador, conforme determina a legislação de regência.

Desta decisão, a empresa, inconformada, apresentou inconformidade (fls.276 a 282), alegando que:

- *Por ainda estar dentro do prazo legal, requereu restituição de valores retidos na forma do art. 31 da lei 8.212/91 com redação dada pelo art. 23 da lei 9.711/98, entre os quais, o presente pedido referente ao período de agosto de 2007;*
- *Salientou que após transcorrer largo lapso temporal entre o requerimento formulado e a inércia da Fazenda, não restou alternativa à Requerente senão impetrar o mandado de segurança, autuado sob o número 2009.51.01.002020-3, no qual foi deferida medida liminar determinando o julgamento do presente requerimento;*
- *Na impossibilidade de haver compensação integral como instrui o parágrafo 2º, o saldo remanescente será restituído e quando não conseguir compensar os 11% (onze por cento) retidos com as contribuições destinadas à Seguridade Social incidentes sobre a folha de pagamento dos segurados a seu serviço deverão requerer a restituição dos valores não compensados.;*
- *Lembrou que a Instrução Normativa RFB nº. 900 somente entrou em vigor em dezembro de 2008 e que empresa requerente protocolou o pedido de requerimento de restituição de acordo com a instrução normativa em vigor a época do protocolo, razoando que é inteiramente descabido fundamento da negativa da Fazenda de restituir os valores pleiteados pela Requerente, pois os documentos anexados comprovam que a requerente declarou na GFIP a retenção, de acordo com o normativo vigente.*

*- Não foi dada oportunidade de vistas ao processo à requerente, pois ao comparecer ao Centro de Atendimento ao Contribuinte foi informada de que somente seria atendido por meio de agendamento, este ficando agendado para o dia 05 de junho de 2005 e que na mesma ocasião foi informado que ainda teria que protocolar pedido de vista do processo.*

Por fim, postulou que fosse declarada procedente a manifestação apresentada.

Instada a manifestar-se acerca dessa irresignação, a 13 Turma da DRJ do Rio de Janeiro I proferiu decisão (acórdão n 12-25.806) nos seguintes termos:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS*

*Período de apuração: 01/12/2007 a 31/12/2007*

*PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. RETENÇÃO DE II% SOBRE O VALOR DE NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS. FORMALIDADES NÃO ATENDIDAS.*

*Constitui óbice à restituição de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão-de-obra a informação incorreta da retenção em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), segundo os procedimentos definidos no Manual da GFIP/SEFIP vigente à época da prestação das informações.*

*Manifestação de Inconformidade Improcedente.*

*Direito Creditório Não Reconhecido.*

Irresignada com a decisão supra, a recorrente interpôs recurso voluntário às fls. 306 e 307, com fulcro no artigo 3º parágrafo 11 da IN RFB nº 900 de 30/12/2008, afirmando que a restituição das contribuições previdenciárias declaradas incorretamente fica condicionada à retificação da declaração, o que já foi feito e acostado aos autos, motivo pelo qual entende ser devida a restituição

É o relatório.

Conselheiro Cid Marconi Gurgel de Souza, Relator.

A discussão da demanda em tela é saber se a recorrente possui ou não o direito à restituição da quantia de R\$ 44.735,22 (quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos) relativa a valor retido na forma do art.31 da Lei n 8.212/91 na competência 12/2007.

Sobre o caso, entendo que o único motivo pelo qual a 1 instância, bem como a Equipe de Restituição e Isenção Previdenciária — EQREI da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária no Rio de Janeiro — DERAT/RJ negaram o direito creditório da recorrente, é o fato da empresa não ter informado em GFIP os valores das retenções por tomador.

Todavia, segundo a IN 900/2008, em seu art.3, parágrafo 11, a recorrente poderá retificar essa declaração em GFIP, o que foi feito pela recorrente, segundo documentação acostada aos autos.

Sendo assim, entendo que somente a Unidade Preparadora poderá verificar a ocorrência dessa retificação, considerando que possui acesso ao sistema de declarações de GFIP e poderá proferir uma decisão mais acertada, motivo pelo qual solicito a realização de diligência que tenha como objetivo verificar se a empresa retificou a informação na GFIP da competência 12/2007.

Cid Marconi Gurgel de Souza – Relator.

Carlos Alberto Mees Stringari – Presidente.

Processo nº 37213.001282/2008-32  
Resolução n.º **2403-000.029**

**S2-C4T3**  
Fl. 72

---